

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 e 2018 (Valores em Reais)

		2019	2018
(+) Receitas Operacionais	NOTA	166.359,55	157.655,24
(+) Doações	<u>11.1</u>	55.324,72	99.505,34
(+) Termo de Colaboração Renapsi - Programa Aprendiz	<u>11.2</u>	23.710,59	42.645,14
(+) Convênio Municipal - 2018/14531 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	<u>11.3</u>	87.324,24	15.504,76
Despesas Assistência Social	<u>15</u>	169.658,77	194.624,39
<u>(-) Despesas Administrativa e Operacionais - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</u>		135.374,78	113.998,73
Despesas Subvencionadas		87.324,24	15.504,76
(-) Despesas com pessoal e encargos		55.708,33	15.504,76
(-) Despesas com Terceiros		10.351,65	-
(-) Despesas com Localização e Funcionamento		21.264,26	-
Despesas recursos próprios		48.050,54	98.493,97
(-) Despesas com pessoal e encargos		-	27.199,52
(-) Despesas com Terceiros		22.510,35	58.672,63
(-) Despesas com Localização e Funcionamento		6.379,28	17.662,65
(-) Despesas com Expediente		10.777,26	11.703,62
(-) Despesas com Utilização de Equipamentos		190,92	4.256,79
(-) Despesas com Comunicação		2.866,22	4.016,67
(-) Despesas com Locomoção		4.264,89	1.149,11
(-) Depreciação de Bens Próprios		234,48	234,48
(-) Despesas com Tributos		827,15	798,03
(-) Despesas Administrativa e Operacionais - Programa Aprendiz		34.283,99	80.625,66
Despesas recursos próprios		34.283,99	80.625,66
(-) Despesas com Empregados		23.875,00	38.856,46
(-) Despesas com Terceiros		0,00	25.145,41
(-) Despesas com Localização e Funcionamento		2.733,98	7.569,71
(-) Despesas com Expediente		4.618,82	5.015,84
(-) Despesas com Utilização de Equipamentos		0,00	1.824,34
(-) Despesas com Comunicação		1.228,38	1.721,43

(-) Despesas com Locomoção		1.827,81	492,48
(-) Resultado Operacional - Assistência Social		-3.299,22	-36.969,15
Outras Receitas			
(+) Receita das Atividades Sustentáveis:	14.1	3.885,73	8.213,30
(+) Crédito Nota Fiscal Paulista		3.642,13	5.871,30
(+) Outras Receitas (venda de material reciclável)		-	2.342,00
(+) Recuperação de Despesas		243,6	-
(+) Receita Financeiras	13	7.060,67	610,67
(+) Resultado de Aplicação financeira	13.1	6.770,39	13,3
(+) Descontos Obtidos		290,28	597,37
(-) Despesas Financeiras		2.173,89	5.910,72
(-) Despesas Bancárias	13.2	1.942,00	2.335,07
(-) Juros Pagos		231,89	3.575,65
(=) Resultado - Atividades Financeiras		4.886,78	-5.300,05
(=) Superávit/Déficit do Exercício		5.473,29	-34.055,90

Antonio Celso Amaral Silva
 Presidente no exercício
 CPF 570.215.118-68

Márcia de Almeida Cavalcante
 Contadora
 CRC SP- 1SP344890

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018 (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Antônio José Guarda, fundada em julho de 2004, com sede na Rua Clóvis da Silveira, nº 30, no bairro Santa Lúcia, zona norte. Tem como principal objetivo promover a integração de adolescentes e adultos ao mercado de trabalho.

A AJG também desenvolve atividades para atender pessoas com habilidades para a área artesanal e com poucos recursos materiais. Além de geradoras de renda, essas atividades exercitam a melhoria das relações, valores de cooperação, solidariedade e autoestima. Também, são meios de troca de experiências, momentos de conversa, valorizando os saberes que cada ser humano traz.

Nosso foco está em possibilitar oportunidades para que a pessoa se torne um cidadão produtivo e caminhe para autonomia, estimulando a formação de uma população preparada para os desafios socioeconômicos.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.121/08 que aprovou a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidades de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal.

As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados à Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

As receitas, as despesas e os custos do período da entidade foram escriturados de acordo com o regime de competência. Com exceção para as receitas com doações que foram reconhecidas em conformidade ao regime de caixa, pois, a entidade recebe doações de diversas fontes, principalmente a contribuição espontânea de pessoas físicas, o que impede uma estimativa segura de origem desse tipo de recurso. As despesas foram registradas em conformidade ao Princípio da Competência dos Exercícios.

As doações e receitas oriundas de convênios ou termos de parcerias com o poder público recebidas para custeio e investimento foram reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da receita

oriunda de convênio ou parceria com o poder público, contribuição para custeio e investimento, bem como da isenção, incentivo fiscal registrados no ativo ficam em conta específica do passivo.

Para transações ou eventos materiais que não estejam cobertos pela ITG 2002, a entidade utilizou como referência os requisitos apropriados estabelecidos na ITG 2000 – Escrituração Contábil e as demais resoluções que aprovam as CPC's.

Os ativos imobilizados inicialmente foram mensurados pelo seu custo. O custo do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, incluindo imposto de importação e tributos não recuperáveis, além de quaisquer gastos incorridos diretamente atribuíveis ao esforço de trazê-los para sua condição de operação. A depreciação ocorre pelo método linear de acordo com a vida útil.

NOTA 3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A AJG mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da AJG

A documentação contábil da AJG é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A AJG mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive a ITG 2002.

a – Ativo Circulante

São demonstrados pelos valores de realização acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

b – Ativo não Circulante - Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenção são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

c – Passivos Circulante e não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d – Apuração de Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios.

e – Recursos com Restrição

As contas identificadas como *Recursos com Restrição*, são valores recebidos e a receber, à realizar no corrente exercício ou no seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgãos públicos, e são assim identificados (Recurso com Restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados com o poder público e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

NOTA 5 - BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 5.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

As contas correntes dedicadas à manutenção de recursos de verbas governamentais são rubricadas como “com restrição”. As demais contas correntes são rubricadas como “sem restrição”.

	2019	2018
Caixa e Equivalentes	59,07	2.923,68
Sem Restrição	17,55	2.830,61
Caixa Económica	0,35	2.473,13
Sicoob	17,20	357,48
Com Restrição	41,52	93,07
Banco Bradesco	41,52	93,07

NOTA 5.2 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Esta conta refere-se a valores relacionados a tributos já recolhidos e/ou retidos para os quais a empresa pretenda recuperar mediante compensação com tributos da mesma natureza.

Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos ou recuperação de encargos a serem futuramente compensados.

	2019	2018
Créditos Tributários e Previdenciários	36,11	0,00
Pis	36,11	0,00

NOTA 5.3 – TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Esta conta refere-se a créditos a receber vencidos ou vincendos decorrentes das atividades da organização.

São apresentadas a seguir o detalhamento das contas a receber no curto e no longo prazo:

NOTA 5.3.1 – CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS GOVERNAMENTAIS

Esta conta refere-se a valores a receber decorrentes de contratos de convênios, subvenções ou parcerias com órgãos públicos.

	2019	2018
Convênios, Sub. E Parcerias Governamentais	0,00	76.875,00
P.M.S. - TERMO 2018/14531	0,00	76.875,00

NOTA 5.3.2 – ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS

Esta conta refere-se a valores pagos antecipadamente a funcionários, tais como salário, férias, entre outros e que serão compensados/descontados em folha de pagamento ao final de cada mês.

	2019	2018
Adiantamento de Funcionários	1.048,60	1.289,61
Férias	1.048,60	1.289,61

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 6.1- IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas nesta nota e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

Rua Humberto de Campos, 680
Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740

<u>Item</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>VI. Líquido</u>
Equipamentos, Máquinas, e Instalações	1.445,00	(913,57)	531,43
Móveis e Utensílios	899,91	(480,00)	419,91
Equipamentos de Informática	19.497,00	(19.497,00)	-
Total	21.841,91	(20.890,57)	951,34

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2019

<u>Rubrica Contábil</u>	<u>2018</u>			<u>2019</u>
	<u>Saldo Final</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo Final</u>
Equipamentos, Máquinas, e Instalações	1.445,00	0,00	0,00	1.445,00
Móveis e Utensílios	899,91	0,00	0,00	899,91
Equipamentos de Informática	19.497,00	0,00	0,00	19.497,00
Total	21.841,91	0,00	0,00	21.841,91

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

<u>Item</u>	<u>Taxa Anual de Depreciação</u>
Equipamentos, Máquinas, e Instalações	10%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática	20%

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo,

Rua Humberto de Campos, 680
 Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740

sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

NOTA 7.1 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte

	2019	2018
Obrigações Fiscais e Tributárias	359,01	82,96
Pis	333,28	64,56
IRRF 0561	25,73	18,40

NOTA 7.2 – PARCELAMENTO TRIBUTÁRIOS – CURTO PRAZO

São registrados nessa conta contábil os valores relacionados à parcelamentos de dívidas fiscais junto à Receita Federal do Brasil a serem quitados em menos de 360 dias.

	2019	2018
Parcelamentos Tributários	0,00	7.587,84
Parcelamento Previdenciário 626525659	0,00	4.816,81
Parcelamento Previdenciário 626894433	0,00	2.771,03

NOTA 7.3 – OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

São registradas nessa rubrica os valores relacionados a folha de pagamento a pagar, bem como, os respectivos encargos a pagar.

	2019	2018
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	21.591,89	6.566,18
FGTS	4.263,00	2.279,29
INSS	15.653,48	2.750,00
Contribuições a sindicatos	178,49	178,49
Salários a Pagar	1.496,92	1.358,40

NOTA 7.4 - PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

	2019	2018
Provisão de Férias	4.177,72	4.140,52
Provisão de Férias a Pagar	3.143,40	3.065,54
Provisão de FGTS s/ Férias a Pagar	251,47	245,25
Provisão de INSS s/ Férias a Pagar	751,43	772,70
Provisão de PIS s/ Férias a Pagar	31,42	57,03

NOTA 7.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco incluindo custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	1.100,00	1.100,00
Empréstimos e financiamentos	1.100,00	1.100,00

NOTA 7.6 – CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

São registradas nessa conta os valores recebidos a título de convênios, subvenções e parcerias que ainda não tiveram contas prestadas ou aprovadas pelo poder público.

Enquanto, não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida do convênio, subvenção ou termo de parceria registrados no ativo devem ser registrados em conta específica do passivo.

	2019	2018
Convênios, Sub. E Parcerias Governamentais	0,00	87.324,24
Governo Municipal - 2018/14531	0,00	86.995,24
CMDCA	0,00	329,00

NOTA 7.7 – CONTAS A PAGAR

São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

	2019	2018
--	------	------

Rua Humberto de Campos, 680
Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740

Contas a Pagar	285,00	9.324,50
Delta Contabilidade	285,00	2.340,00
Toki de Arte	0,00	1.407,00
Adriana Miranda Sartorte	0,00	2.000,00
Danilo Soledade Yared	0,00	607,50
Elaine Pereira Leite	0,00	1.620,00
Pedro Fontes dos Santos	0,00	1.350,00
Rafael Prudente Ribeiro Pires	0,00	2.602,50
Sandro Rodrigues Sartorte	0,00	1.417,50
Luciana Suemi Matumoto	0,00	607,50

NOTA 8 – PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO – LONGO PRAZO

São registrados nessa conta contábil os valores relacionados à parcelamentos de dívidas fiscais junto à Receita Federal do Brasil

	2019	2018
Parcelamentos Tributários	7.587,84	0,00
Parcelamento Previdenciário 626525659	4.816,81	0,00
Parcelamento Previdenciário 626894433	2.771,03	0,00

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 10 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superavit do exercício de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

NOTA 11 – RECEITAS (Resolução CFC No. 1.187/09)

receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e ou bonificações concedidas ao tomador de serviços e outras deduções similares.

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão em seu Estatuto Social, e para que A AJG faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpre os requisitos abaixo:

- 1) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária;
- 2) O Estatuto Social indica que os recursos (superavits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais);
- 3) A Demonstração do Resultado do Exercício da AJG demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais).

NOTA 11.1 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente A AJG recebe doações e/ou contribuições voluntárias de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social,

As doações sejam em bens, numerário ou serviços voluntários são registrados conforme demonstrativo em abaixo:

	2019	2018
Doações	55.324,72	99.505,34
Doações	55.324,72	99.505,34

NOTA 11.2 – Termo de Colaboração Renapsi - Programa Aprendiz

A Entidade firmou termo de colaboração com a empresa Rede nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - Renapsi, cujo objetivo é desenvolvimento em conjunto do programa de aprendizagem, o que contempla a capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho, visando promover a inclusão social.

Nesta parceria cabe a Associação AJG gestão educacional e curricular das ações decorrentes do programa, abrangendo a seleção e treinamento dos jovens aprendizes, sua alocação no mercado de trabalho, e o acompanhamento de seu desempenho junto as empresas parceiras.

O vínculo do contrato se dá entre os aprendizes e a empresa Renapsi, no qual é responsável pelo pagamento dos salários, recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias incidentes, faturamento e compra de benefícios.

Para o desenvolvimento do programa que cabe a Associação, foi recebido a título de custeio pela empresa

Rua Humberto de Campos, 680
Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740

Renapsi os valores conforme apresentado abaixo.

	2019	2018
Termo de Colaboração Renapsi - Programa Aprendiz – Taxa de administração	23.710,59	42.645,14

Ressalta-se que, da mesma forma que acontece com todas as outras atividades da organização, o atendimento aos usuários do Programa Aprendiz é totalmente gratuito, não havendo cobranças aos usuários.

NOTA 11.3 – Convênio Municipal - 2018/14531

A entidade firmou Convênio nº 2018/14531, com a Secretaria de Desenvolvimento Social -, no qual o objetivo e custeio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvido pela entidade. O atendimento aos usuários do Programa Aprendiz é totalmente gratuito, não havendo cobranças aos usuários.

NOTA 13 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

NOTA 13.1 - Receitas Financeiras: Compõem-se da apropriação das receitas auferidas pela aplicação de recursos no mercado financeiro, atualização monetária dos depósitos judiciais, receitas por recebimento em atraso e descontos obtidos.

	2019	2018
(+) Receita Financeiras	7.060,67	610,67
(+) Resultado de Aplicação financeira	6.770,39	13,30
(+) Descontos Obtidos	290,28	597,37

NOTA 13.2 - Despesas Financeiras: São registradas neste grupo as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos decorrentes de pagamentos em atraso, de impostos e contribuições devidos sobre as aplicações financeiras.

	2019	2018
(-) Despesas Financeiras	2.173,89	5.910,72
(-) Despesas Bancárias	1.942,00	2.335,07

(-) Juros Pagos

231,89

3.575,65

NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional.

NOTA 14.1 – OUTRAS RECEITAS

Está incluso nessa rubrica a recuperação de despesas com descontos efetuadas a funcionários, como, por exemplo, vale transporte.

Outras Receitas	2019	2018
(+) Receita das Atividades Sustentáveis:	3.885,73	8.213,30
(+) Crédito Nota Fiscal Paulista	3.642,13	5.871,30
(+) Outras Receitas (venda de material reciclado coletado)	-	2.342,00
(+) Recuperação de Despesas	243,60	-

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS- Assistência Social

São elencadas neste item as despesas relacionadas com a atividade principal da organização. As despesas são reconhecidas pelo regime de competências e segregadas por serviço assistencial desenvolvido.

NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO Líquido

A Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido tem sua previsão no artigo 186, parágrafo 2º da Lei 6.404/1976.

Nessa peça estão demonstradas todas as contas do Patrimônio Líquido.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Demonstração do Resultado Abrangente tem sua previsão na Resolução CFC 1185/09 e CPC 26.

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que A AJG optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõe as atividades de investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

As rubricas contábeis que compõe as atividades de financiamento são as seguintes:

- Empréstimos

NOTA 19 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A AJG é imune à incidência de impostos por força do art.º. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 20– FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A AJG é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 21 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A AJG é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);

Rua Humberto de Campos, 680
Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740

- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 22 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da AJG e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 23 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A AJG no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 24 – TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A AJG em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades de assistência social conforme exposto na Demonstração de Superavit do Exercício.

Antonio Celso Amaral Silva
Presidente no exercício
CPF 570.215.118-68

Márcia de Almeida Cavalcante
Contadora
CRC SP- 1SP344890

Rua Humberto de Campos, 680
Jardim Zulmira • Sorocaba SP

15 3329.5740